Parecer do Comité Económico e Social Europeu — Transição digital na região euro-mediterrânica

(parecer de iniciativa)

(2023/C 100/10)

Relatora: **Dolores SAMMUT BONNICI**

Decisão da Plenária	20.1.2022
Base jurídica	Artigo 52.º, n.º 2, do Regimento
	Parecer de iniciativa
Competência	Secção das Relações Externas
Adoção em secção	16.11.2022
Adoção em plenária	14.12.2022
Reunião plenária n.º	574
Resultado da votação	
(votos a favor/votos contra/abstenções)	181/0/3

1. **Conclusões**

1.1. A transição digital está a revolucionar todos os aspetos da vida, proporcionando ganhos significativos em termos de eficiência e permitindo aos utilizadores ter uma vida em pleno. É considerada um pilar de resiliência no período pós-COVID-19, tendo acelerado exponencialmente desde o início da pandemia, nomeadamente com as ações da UE no domínio digital que a estratégia de atenuação dos efeitos da COVID-19 mostrou serem eficazes.

1.2. Os benefícios da digitalização são bem conhecidos em setores específicos, como a educação eletrónica, a saúde em linha, a administração pública em linha, o agronegócio, a justiça eletrónica e a banca eletrónica. Embora muitos governos da região mediterrânica promovam estes setores, o esforço não é homogéneo em toda a região, podendo conduzir a uma divisão digital ainda mais profunda entre os países. Por conseguinte, é crucial disponibilizar infraestruturas de apoio a estas tecnologias.

1.3. A divisão digital em termos de acesso e utilização existe não só entre diferentes países mediterrânicos, mas também dentro dos países da região, piorando nas zonas rurais e remotas e entre os trabalhadores informais, as mulheres e as pessoas idosas. Deste modo, para não exacerbar as desigualdades existentes, é essencial envidar esforços para colmatar a divisão digital a nível regional e nacional.

1.4. A conectividade digital está a transformar-se num direito de todos os seres humanos. O Roteiro do Secretário-Geral da ONU para a Cooperação Digital já deu origem a um conjunto de metas para 2030. Em contrapartida, o «direito a desligar», um assunto que está a ser muito debatido, é uma realidade em vários países europeus.

1.5. As competências digitais são essenciais, pelo que devem ser integradas nos programas de formação destinados aos jovens da região, dadas as taxas de desemprego muito elevadas entre estes. Para que seja eficaz na região, a política do mercado de trabalho terá que ter por objetivo tornar os jovens não só utilizadores como também produtores de tecnologia. Nesse domínio, tanto o emprego como o empreendedorismo são percursos profissionais muito promissores.

1.6. É necessário um quadro jurídico sólido que proteja os utilizadores de riscos digitais, como os ataques à cibersegurança, e que assegure que os mecanismos de proteção de dados respeitam os direitos humanos em matéria de privacidade digital. O índice de cibersegurança fornecido pela União Internacional das Telecomunicações (UIT) mede o empenho dos países na cibersegurança a nível mundial e mostra, em geral, níveis de segurança mais elevados na região do norte do Mediterrâneo, ao passo que o Egito supera os países do sul do Mediterrâneo.

1.7. É ainda necessário assegurar um mercado digital equitativo e competitivo, tendo em conta os gigantes digitais. Existe uma disparidade significativa entre o quadro jurídico digital dos países do norte e do sul do Mediterrâneo. É de salientar, por exemplo, a falta de uma autoridade independente responsável pela promoção da transição digital na região do sul do Mediterrâneo.

1.8. O Comité Económico e Social Europeu (CESE) salienta expressamente que importa aplicar de forma ambiciosa as convenções das Nações Unidas em matéria de direitos humanos e as convenções fundamentais da OIT em todos os Estados da região mediterrânica, para que a transição digital possa contribuir verdadeiramente para um desenvolvimento ecológico, económico e social próspero.

2. **Introdução**

2.1. A transição digital tem implicações em todos os aspetos da nossa vida, do consumo ao trabalho, passando também pela produção. Nos últimos anos, em resposta à pandemia mundial de COVID-19, registou-se uma aceleração sem precedentes nessa transição. A digitalização é considerada um dos pilares principais da recuperação nas duas margens do Mediterrâneo, estando as pessoas a adotar ferramentas digitais com uma rapidez nunca antes vista. O teletrabalho e o trabalho à distância estão a tornar-se uma realidade, e o comércio eletrónico e a economia das plataformas estão a crescer a um ritmo sem precedentes, compensando o encerramento de empresas devido à pandemia. Entretanto, esta transição rápida pode ser uma nova fonte de aprofundamento das desigualdades, uma vez que os grupos da população mais vulneráveis que enfrentam a exclusão digital são os mais duramente afetados pela pandemia.

2.2. Os principais objetivos do presente documento são:

— avaliar o estado atual da transição digital na região euro-mediterrânica, os programas e os progressos realizados;

— realçar os potenciais benefícios da digitalização, em particular, as novas oportunidades para as pequenas e médias empresas (PME) através do comércio eletrónico, da educação eletrónica, da administração pública em linha, da saúde em linha e da banca digital;

— identificar obstáculos à digitalização, dos quais se destacam os relacionados com a infraestrutura digital e o acesso, a divisão digital dentro de um país (rural/urbana, mulheres/homens, jovens/idosos) e entre países (norte/sul), a falta de competências digitais essenciais e a literacia digital. Consequentemente, a transição digital pode provocar um aumento da desigualdade num país, bem como divergências nos padrões de desenvolvimento entre os países da região;

— salientar os riscos associados à digitalização, nomeadamente os riscos relacionados com a cibersegurança, a soberania digital, a proteção de dados, a pirataria digital e a liberdade civil.

3. **Antecedentes**

3.1. Vivemos atualmente um período de digitalização rápida e deparamo-nos com ferramentas digitais em todos os aspetos da nossa vida, incluindo, nomeadamente, a saúde, o trabalho, a administração pública, a educação e a gestão de um negócio. As competências digitais são essenciais no novo mundo do trabalho para garantir oportunidades de emprego, sendo recompensadas com rendimentos mais elevados. A economia digital é composta pelos *setores principais de tecnologias da informação/tecnologias da informação e comunicação (TI/TIC)*, como o fabrico de *hardware*, a consultoria de TI e *software*, os serviços de informação e telecomunicações, a *economia digital de âmbito restrito*, nomeadamente os serviços digitais e a economia das plataformas, e a *economia digital de âmbito alargado*, tendo em conta os negócios eletrónicos, o comércio eletrónico, a indústria 4.0, a agricultura de precisão e a economia algorítmica, estando a economia da partilha e a economia dos serviços pontuais na vanguarda da economia digital ([1]).

3.2. Mesmo antes do início da pandemia de COVID-19, a digitalização já estava em ascensão, com as principais tendências recentes nas tecnologias digitais nos domínios da cadeia de blocos, da análise de dados, da inteligência artificial (IA), da impressão 3D, da Internet das coisas, da automação e da robótica, da computação em nuvem ([2]), bem como dos sistemas de rastreio e controlo à distância.

([1]) Bukht, R. e Heeks, R., «Defining, conceptualising and measuring the digital economy» [Definição, conceptualização e medição da economia digital], *Development Informatics Working Papers*, n.º 68, 2017.

([2]) Relatório de economia digital de 2019, CNUCED.

3.3. Esta tendência para a adoção rápida de ferramentas e tecnologias digitais foi denominada de «Quarta Revolução Industrial», dotada de um excelente potencial para aumentar os rendimentos e a qualidade de vida a nível mundial.

3.4. Além disso, com mais de 30 % da população em todo o mundo a utilizar plataformas de redes sociais, a digitalização pode ser encarada como uma «faca de dois gumes», que pode reforçar a coesão social e reunir diferentes origens culturais ou ser instrumentalizada para difundir ideias e ideologias extremistas e notícias falsas.

3.5. O número de utilizadores da Internet tem vindo a aumentar nas últimas décadas e na região, alcançando 93,2 % da população em Espanha, em 2020, 90,8 % no Chipre, 90,1 % em Israel, 86,9 % em Malta, 86,6 % na Eslovénia, 84,1 % em Marrocos, 77,7 % na Turquia, 77,6 % no Montenegro e 71,9 % no Egito. A percentagem mais baixa da região pertence à Argélia, abrangendo 49 % da população em 2018 (últimos dados disponíveis, base de dados *World Telecommunication/ICT Indicators* da União Internacional das Telecomunicações — UIT). Estes números realçam apenas as disparidades regionais em termos de acesso digital. Importa notar que, a nível nacional, as zonas rurais e remotas apresentam níveis de conectividade muito inferiores.

3.6. Os Estados-Membros mediterrânicos da UE aprovaram a transição digital e ampliaram as suas políticas virtuais, incluindo o mercado único digital ([3]) e o Programa Europa Digital ([4]). A Década Digital da Europa foi publicada pela Comissão Europeia em março de 2021, delineando metas digitais para 2030 e uma visão para a transformação digital da Europa ([5]). A plataforma «Digital for Development» (D4D) ([6]), lançada em dezembro de 2020, com o objetivo de harmonizar e coordenar as iniciativas digitais entre os Estados-Membros ([7]) é um dos instrumentos da Década Digital. Além disso, a digitalização é um dos pilares principais da nova Agenda para o Mediterrâneo, proposta pela Comissão Europeia em fevereiro de 2021. Em particular, a «nova Agenda para o Mediterrâneo visa uma recuperação ecológica, digital, resiliente e justa, orientada pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, pelo Acordo de Paris e pelo Pacto Ecológico Europeu» ([8]).

3.7. A pandemia de COVID-19 teve implicações nos hábitos de trabalho, impondo às pessoas o trabalho à distância. Embora o teletrabalho apresente uma série de desvantagens, as suas vantagens vão da redução do tempo passado em deslocações à redução das emissões e respetivos efeitos positivos no ambiente, passando por um melhor equilíbrio entre vida profissional e pessoal, especialmente para os pais ([9]). A capacidade de teletrabalho difere em ambas as margens do Mediterrâneo. Muitos trabalhadores do sul do Mediterrâneo têm menos capacidade de teletrabalho, uma vez que não têm acesso às ferramentas necessárias ou simplesmente têm trabalhos que não podem ser realizados à distância. Al Azzawi (2021) criou um índice de «capacidade de teletrabalho» para os países árabes, constatando a existência de uma lacuna significativa nessa matéria em toda a região. Confirma que os trabalhadores mais vulneráveis não têm capacidade para trabalhar à distância, pelo que foram os mais duramente afetados pela pandemia ([10]). A experiência da Europa com a adoção generalizada do teletrabalho salienta a importância de dispor de um quadro jurídico sobre o «direito a desligar», a fim de respeitar o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal ([11]).

3.8. A digitalização contribuiu para a ascensão da economia das plataformas e da economia dos serviços pontuais. Embora englobe muitas oportunidades, a economia das plataformas também suscita preocupações crescentes sobre as condições de trabalho, em particular, a cobertura limitada da segurança social, os horários de trabalho fragmentados e os

([3]) O mercado único digital visa melhorar o acesso, a qualidade e a segurança da conectividade nos Estados-Membros. https://ec.europa.eu/eurostat/cache/infographs/ict/bloc-4.html

([4]) A Década Digital da Europa é composta por quatro pilares principais que abrangem as competências, as infraestruturas, a administração pública e as empresas: https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/find-funding/eu-funding-programmes/digital-europe-programme_pt

([5]) https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/europes-digital-decade-digital-targets-2030_pt

([6]) Plataforma «Digital for Development» (D4D).

([7]) Langendorf, M., «Applying Europe's Digital Agenda in Mediterranean Partner Countries: Opportunities and Pitfalls» [Aplicação da Agenda Digital para a Europa nos países parceiros mediterrânicos: oportunidades e obstáculos], *IEMed. Mediterranean Yearbook*, 2021.

([8]) Comunicação conjunta da Comissão Europeia — Parceria renovada com a vizinhança meridional, 2021.

([9]) *Working from home: From invisibility to decent work* [Trabalho no domicílio: da invisibilidade ao trabalho digno], OIT, 2021.

([10]) Al Azzawi, S., «Lives Versus Livelihoods: Who Can Work from Home in MENA?» [Vidas *versus* meios de subsistência: quem pode trabalhar a partir de casa no Médio Oriente e Norte de África?], documento de trabalho do ERF, n.º 1471, 2021.

([11]) *Briefing* do Serviço de Estudos do Parlamento Europeu (EPRS), *The right to disconnect* [O direito a desligar], PE 642.847 — julho de 2020.

níveis salariais baixos, bem como a dificuldade em fazer valer direitos coletivos ([12]). A este respeito, a Declaração do Centenário da OIT para o Futuro do Trabalho (2019) apela para a adoção de políticas e medidas que deem resposta aos desafios e oportunidades da transformação digital do trabalho, incluindo o trabalho em plataformas digitais.

3.9. A evolução rápida da transição digital, especialmente na vida económica e profissional, tem naturalmente efeitos drásticos em todas as estruturas socioculturais. Assim, durante a primavera Árabe, foi possível observar a utilização, com êxito, dos instrumentos de comunicação digital principalmente na organização da resistência civil e da cooperação entre ativistas. No entanto, a situação nos países onde não foram criadas estruturas democráticas sustentáveis voltou a deteriorar-se com a supressão das liberdades fundamentais, incluindo o direito à liberdade de expressão nos meios de comunicação social digitais, assim como dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente o direito à liberdade de associação, cada vez mais importante na economia das plataformas e dos serviços pontuais. A título de exemplo, as organizações independentes da sociedade civil, como os sindicatos, as ONG de defesa dos direitos humanos ou as organizações dos empregadores e os respetivos ativistas, são reprimidas pelo simples facto de exercerem liberdades fundamentais ou expressarem opiniões divergentes. Além disso, os sítios Web de notícias nacionais e internacionais e de organizações independentes da sociedade civil organizada são repetidamente bloqueados. Acontece que, em alguns Estados da região mediterrânica, as convenções das Nações Unidas em matéria de direitos humanos e as convenções da OIT são amiúde aplicadas apenas de modo formal sem que sejam devidamente implementadas.

3.10. A digitalização é fundamental para o desenvolvimento das PME ([13]). Os benefícios variam desde custos mais baixos, poupança de tempo e recursos e maior eficiência, até uma melhor integração da cadeia de abastecimento e diferenciação dos produtos ([14]). O documento «OECD SME and Entrepreneurship Outlook 2019» [Perspetivas da OCDE sobre as PME e o empreendedorismo 2019] ([15]) apresenta um quadro mais pormenorizado desses benefícios. Um exemplo é a análise de megadados que, em conjunto com sensores, aplicações, computação em nuvem e impressão 3D, permite uma maior personalização.

3.11. Embora existam inúmeros benefícios da digitalização para as PME, estas enfrentam vários obstáculos, sendo um dos mais importantes a falta de acesso a financiamento ([16]). O segundo grande obstáculo é a falta de acesso a competências digitais, educação e formação, ao passo que a adoção de modelos de negócios e de tecnologias digitais requer investimentos financeiros e competências digitais internas. A Associação de Economistas Euro-Mediterrânicos (EMEA) criou um índice de preparação digital para as PME, com base num inquérito dirigido às PME do sul do Mediterrâneo. Demonstrou que o nível de preparação para a transformação digital depende da capacidade das infraestruturas, das telecomunicações e dos progressos tecnológicos realizados a nível nacional, bem como da capacidade das empresas a nível micro. As empresas de maior dimensão estão mais preparadas para a digitalização, enquanto as empresas criadas mais recentemente têm maior probabilidade de a procurar alcançar ([17]).

3.12. A desvantagem da digitalização é a perda de postos de trabalho devido à automatização em alguns setores económicos. A sociedade civil pode desempenhar um papel importante no acompanhamento da melhoria das competências dos trabalhadores, com o objetivo de fazer da transição digital uma transição justa e em consonância com o plano de ação da UE de «não deixar ninguém para trás».

3.13. Para promover a digitalização e conceber as políticas mais eficazes, é fundamental medir e controlar a transição digital através de indicadores sólidos e mensuráveis. Desde 2014, a Comissão Europeia criou o índice de digitalidade da economia e da sociedade (IDES) ([18]), que mostra os progressos realizados nos domínios da digitalização nos Estados-Membros, mas também uma divisão digital persistente ([19]). O IDES pode constituir a base de um quadro de acompanhamento de referência para os países mediterrânicos que não pertencem à UE.

([12]) Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões — Melhores condições de trabalho para uma Europa social mais forte: explorar os benefícios da digitalização para o futuro do trabalho [COM(2021) 761 final] e a Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à melhoria das condições de trabalho nas plataformas digitais [COM(2021) 762 final] (JO C 290 de 29.7.2022, p. 95).

([13]) Relatório de informação do CESE — A digitalização e as PME na região euro-mediterrânica.

([14]) Kergroach, S., «Giving momentum to SME digitalization» [Impulsionar a digitalização das PME], *Journal of the International Council for Small Business*, vol. 1, n.º 1, 2020, p. 28-31.

([15]) «OECD SME and Entrepreneurship Outlook 2019».

([16]) Relatório de informação do CESE — Acesso das PME e das empresas de média capitalização a financiamento no período de 2014--2020: Oportunidades e desafios.

([17]) Ayadi, R. e Forouheshfar, Y., «MSMEs digitalization in the Mediterranean: A new digital preparedness index» [Digitalização das MPME no Mediterrâneo: um novo índice de preparação digital], documento de trabalho da EMANES, 2022, a publicar em breve.

([18]) https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/desi

([19]) https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_21_5481

4. **Observações na generalidade**

4.1. O impacto profundo da transição digital é sentido em todas as sociedades e economias. Embora enfrente desafios em termos de acessibilidade universal e de reforço das competências digitais dos cidadãos, a região do sul do Mediterrâneo não é exceção quanto à aceleração da transição digital e aos respetivos benefícios em numerosos domínios.

4.2. O *comércio eletrónico* aumentou exponencialmente devido às medidas de distanciamento social. A adesão às compras em linha é generalizada, registando-se um aumento das transações empresas-consumidores e das transações empresas-empresas. O diretor executivo da maior operadora de comércio eletrónico de África, a Jumia, anunciou que as vendas de mercearias quadruplicaram, especialmente na Tunísia e em Marrocos, onde os confinamentos resultaram num aumento de 100 % das vendas ([20]).

4.3. A *educação eletrónica* aumentou a um ritmo acelerado, uma vez que a COVID-19 levou ao encerramento das escolas. Os governos até criaram algumas plataformas de ensino à distância, como a plataforma «Darsak» na Jordânia. Alguns países criaram um sistema híbrido, por exemplo no Egito ([21]). As plataformas em linha começam a tornar-se muito populares, inclusivamente para projetos específicos de ligação de associações profissionais locais, municípios e intervenientes principais ([22]). Uma parte do financiamento da UE deveria ser especificamente destinada à educação/formação em matéria de melhoria das competências digitais, por forma a permitir que os jovens desenvolvam cibercompetências, prossigam os estudos de TI e IA e consigam um trabalho seguro no futuro.

4.4. Considera-se que a *administração pública em linha* reduz a burocracia e o ónus dos procedimentos administrativos, facilitando uma prestação eficiente e fácil dos serviços públicos. Além disso, pode ser um instrumento de democratização e aumentar a participação ativa dos cidadãos. O reforço da administração pública em linha é uma prioridade entre os Estados-Membros da UE e constitui um dos pilares do IDES. Os países do sul do Mediterrâneo também estão a caminhar no mesmo sentido. Marrocos realizou progressos significativos na sua iniciativa nacional em matéria de administração pública em linha ([23]). Em 2019, o Egito lançou um sistema de pagamento eletrónico para a cobrança de impostos e pagamento de faturas, entre outras opções. Em janeiro de 2020, o Ministério da Economia Digital da Jordânia migrou a sua infraestrutura de TIC para a nuvem, a fim de expandir os serviços prestados aos cidadãos ([24]).

4.5. A *saúde em linha* é uma forma económica de obter e fornecer o apoio necessário. As soluções de saúde em linha desempenharam um papel fundamental na luta contra a COVID-19. Estas soluções utilizam aplicações de telemedicina e de saúde móvel. Nos últimos dois anos, a análise de megadados para vigilância epidemiológica revelou ser útil para combater a pandemia. Por exemplo, na Tunísia, um grupo de médicos lançou a *Tobba.tn*, uma plataforma digital de consulta em linha ([25]).

4.6. A *banca digital* é um instrumento eficiente para concretizar a inclusão financeira, tendo a banca móvel já provado o seu papel no passado. As soluções de tecnologia financeira podem impulsionar a transformação digital e melhorar a inclusão financeira. Estes serviços, cujo objetivo é eliminar completamente a utilização de cheques e transações em dinheiro, estão a ganhar popularidade, podendo levar à exclusão das pessoas idosas, que podem não possuir as competências digitais necessárias.

4.7. A *justiça eletrónica* facilita o acesso aos serviços jurídicos e reduz o custo, nomeadamente, das audiências judiciais e dos processos, bem como o tempo necessário para aceder aos mesmos.

([20]) Sidło, K., «Digital Transformation in the Southern Neighbourhood» [Transformação digital na Vizinhança Meridional], *EuroMeSCo Euromed Survey*, 2021.

([21]) El Kadi, T.H., «Uneven Disruption: Covid-19 and the digital divide in the Euro-Mediterranean Region» [Perturbação desigual: COVID-19 e a divisão digital na região euro-mediterrânica], *IEMed Mediterranean Yearbook,* 2020.

([22]) Por exemplo, neste projeto propõe-se que os proprietários da plataforma sejam a UE, os municípios, as universidades, as empresas ou os ministérios da Educação na Turquia, em Marrocos, no Egito e na Argélia: Akpınar P., van Heukelingen, N., Babüroğlu O.N. e Durukan, F.R., «A new formula for collaboration: Turkey, the EU & North Africa» [Uma nova fórmula de colaboração: Turquia, UE e Norte de África], 2022.

([23]) «Digital Government Review of Morocco» [Análise da administração pública digital de Marrocos], OCDE, 2018.

([24]) El Kadi, T.H., «Uneven Disruption: Covid-19 and the digital divide in the Euro-Mediterranean Region» [Perturbação desigual: COVID-19 e a divisão digital na região euro-mediterrânica], IEMed Mediterranean Yearbook, 2020.

([25]) El Kadi, T.H., «Uneven Disruption: Covid-19 and the digital divide in the Euro-Mediterranean Region» [Perturbação desigual: COVID-19 e a divisão digital na região euro-mediterrânica], IEMed Mediterranean Yearbook, 2020.

4.8. Tendo em conta o impacto atual do aquecimento global, a diminuição da cadeia de abastecimento alimentar e o aumento dos preços dos alimentos, a indústria agrícola pode tornar-se mais competitiva e eficiente através da aplicação da agricultura de precisão e da utilização de megadados e da tecnologia das cadeias de blocos. Esta situação pode originar uma eficiência elevada da gestão da água e dos nutrientes do solo, bem como do controlo de doenças com uma monitorização avançada da temperatura e uma menor necessidade de mão de obra ([26]), tornando-se assim um instrumento para atenuar os problemas climáticos.

4.9. Os padrões de utilização da Internet variam entre os países mediterrânicos. Nos países do sul do Mediterrâneo, predomina a utilização da Internet através dos telemóveis e das redes sociais. No entanto, ao contrário dos países do norte do Mediterrâneo, as compras em linha não são muito comuns. Tal pode ser explicado, em certa medida, pela exclusão financeira e por uma percentagem reduzida de titulares de contas bancárias no sul do Mediterrâneo ([27]).

5. **Obstáculos à digitalização**

5.1. Um dos principais obstáculos à digitalização é a divisão digital que existe não só entre países, especialmente entre os países mediterrânicos (existem disparidades significativas na edição de 2021 do Network Readiness Index-NRI ([28])). A nível nacional, o acesso a ferramentas tecnológicas difere segundo os grupos populacionais. A divisão existe entre homens e mulheres, zonas rurais e urbanas, jovens e idosos. Do ponto de vista empresarial, existe uma divisão digital com base na dimensão e no setor de atividade, com as empresas mais pequenas — ao contrário das empresas de maior dimensão — a suportarem custos exorbitantes em termos de materiais, mas também e, sobretudo, devido à necessidade de melhorar as competências dos trabalhadores. Há outros fatores socioeconómicos que também podem ser fonte de exclusão digital, como os níveis salariais e educacionais.

5.2. A maioria dos países da Vizinhança Meridional tem lacunas significativas na cobertura da Internet móvel. Este problema surge particularmente em países de grandes dimensões geográficas, como a Argélia e a Líbia e, em menor grau, no Egito. O investimento em infraestruturas digitais e o estabelecimento de ligações estáveis de Internet de alta velocidade é crucial nas zonas rurais, onde a digitalização pode ser uma alavanca potencial para o crescimento inclusivo ([29]).

5.3. A iliteracia digital, mais presente entre as pessoas com um nível de instrução mais baixo, é frequentemente apontada como outro obstáculo à digitalização, pelo que se impõe reformar os programas de educação e formação profissional, de molde a contemplarem as competências digitais essenciais no futuro mercado de trabalho. De igual modo, considera-se que a digitalização faz parte das necessidades de melhoria das competências dos trabalhadores.

5.4. O género é outro fator que influencia a literacia digital. Em geral, os homens têm um acesso melhor às ferramentas digitais e, consequentemente, um conhecimento melhor das competências digitais. Na Tunísia, 72,5 % dos homens utilizam a Internet, sendo esta percentagem de 61,1 % para as mulheres. Alguns países já colmataram esta disparidade. Na Eslovénia, por exemplo, a diferença é inferior a dois pontos percentuais, com 87,2 % dos homens e 86 % das mulheres a utilizarem a Internet. A Turquia, por outro lado, tem uma disparidade de género mais acentuada no que respeita ao acesso à Internet, que ascende a 11,2 pontos percentuais (base de dados World Telecommunication/ICT Indicators da UIT). Os Estados-Membros da UE estão empenhados em colmatar as disparidades de género em matéria de competências digitais até 2030, elaborando políticas para incentivar as raparigas a seguir disciplinas de TIC e acompanhando o progresso através do painel de avaliação *Women in Digital* (WiD).

6. **Riscos associados à digitalização**

6.1. A preocupação crescente face à perda gradual do controlo dos dados por parte dos governos, das empresas e dos cidadãos levanta a questão da «soberania digital». Tal afeta também a capacidade de inovação dos países e a capacidade de moldar a legislação num ambiente digital ([30]). Estas preocupações são legítimas, uma vez que a Europa e o Mediterrâneo registam atrasos no investimento em IA, enquanto a presença dos grandes média sociais estrangeiros ganha cada vez mais influência.

([26]) Parecer do Comité Económico e Social Europeu — A transição energética e digital nas zonas rurais (parecer de iniciativa) (JO C 486 de 21.12.2022, p. 59).

([27]) El Kadi, T.H., «Uneven Disruption: Covid-19 and the digital divide in the Euro-Mediterranean Region» [Perturbação desigual: COVID-19 e a divisão digital na região euro-mediterrânica], IEMed Mediterranean Yearbook, 2020.

([28]) https://networkreadinessindex.org/nri-2021-edition-press-release/

([29]) «Smart Cities and Inclusive Growth» [Cidades inteligentes e crescimento inclusivo], OCDE, 2020.

([30]) *Briefing* do EPRS, *Digital sovereignty for Europe* [Soberania digital para a Europa] (PE 651.992 — julho de 2020).

6.2. Alguns dos países mediterrânicos mostram-se relutantes em empreender uma transição digital rápida. A falta de vontade política deve-se ao receio de perder o controlo sobre a população, conduzindo à filtragem e à censura. No entanto, as ferramentas digitais podem permitir que as organizações da sociedade civil sejam ouvidas e promovam a democracia. O Quarteto para o Diálogo Nacional na Tunísia, vencedor do Prémio Nobel da Paz em 2015, é um exemplo do importante papel que as organizações da sociedade civil podem desempenhar na transição pacífica de uma sociedade.

6.3. Uma vez que a digitalização abre caminho ao desenvolvimento económico e social, importa que uma autoridade independente estabeleça um quadro regulamentar digital adequado, que promova princípios de direitos digitais, como a neutralidade da Internet.

6.4. A digitalização rápida aumenta o risco de ciberameaças. O papel das autoridades é fundamental na criação de um quadro legislativo bem concebido para proteger os utilizadores. Por ora, Marrocos, a Tunísia, a Argélia e o Egito promulgaram leis em matéria de cibersegurança. No entanto, estas leis carecem de componentes de proteção de dados ([31]). É fundamental proteger os dados pessoais sensíveis das pessoas, como os dados relativos à saúde, etc.

6.5. A proteção de dados está a tornar-se um dos domínios cruciais da transição digital. A questão da propriedade e da proteção da enorme quantidade de dados está no topo da agenda dos responsáveis políticos, surgindo em resposta ao aumento da análise de megadados e com as plataformas de redes sociais a ganharem poder e influência sem precedentes. Alega-se que o quadro regulamentar na Vizinhança Meridional ainda está subdesenvolvido e que a legislação relativa às tecnologias emergentes não está a ser aprovada com a rapidez suficiente ([32]). Existem países que chegaram a manifestar falta de vontade política para avançar nesta matéria. A questão é ainda mais grave no caso dos dados sensíveis, por exemplo no que diz respeito a aplicações e plataformas de saúde. Em particular, existe ceticismo nos países do sul do Mediterrâneo, onde poderá ainda não estar em vigor legislação relativa ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e a proteção de privacidade semelhante. Na Europa, o Regulamento Serviços Digitais e o Regulamento Mercados Digitais visam construir um espaço digital mais seguro para os utilizadores, promovendo ao mesmo tempo a inovação e a competitividade.

6.6. A pirataria digital é outro perigo da digitalização. É extremamente fácil e barato copiar e distribuir em grande escala criações digitalizadas sujeitas a direitos de propriedade intelectual (DPI). As empresas criativas serão as mais afetadas por este fenómeno e, na ausência de uma legislação eficaz, os modelos de negócios dos artistas e dos trabalhadores criativos tornar-se-ão insustentáveis.

6.7. A digitalização pode conduzir à repressão civil. Em alguns países, os direitos digitais são alvo de ataque pelas autoridades, uma vez que a digitalização é entendida como um meio de vigilância. Por exemplo, devido à pandemia, têm sido utilizadas aplicações de localização para controlar a propagação do vírus, o que suscita preocupações sobre os direitos humanos ([33]). O possível rastreio de todas as atividades digitais representa uma ameaça grave para a democracia e pode ser utilizado como meio de opressão. O relatório «Freedom of Net 2021» [Liberdade da Internet 2021] classifica a França em primeiro lugar, com uma pontuação de 78 pontos em 100, seguida da Itália com 76, da Tunísia com 63, de Marrocos com 53, do Líbano com 51, da Jordânia com 47, da Turquia com 34 e do Egito com 26 ([34]).

6.8. A persistência da divisão digital pode dar origem a desigualdades e divergências mais significativas na região mediterrânica. Alguns países não dispõem da infraestrutura digital (com cobertura ou acesso a banda larga fixa), ou algumas zonas remotas e rurais podem simplesmente ficar sem cobertura ou redes 4G/5G. Outro fator que contribui para a divisão é a falta de competências digitais entre a população e a iliteracia digital. Em particular, os níveis reduzidos de literacia digital são mais comuns nos países do sul do Mediterrâneo, especialmente entre as mulheres e as pessoas idosas ([35]).

([31]) Langendorf, M., «Applying Europe's Digital Agenda in Mediterranean Partner Countries: Opportunities and Pitfalls» [Aplicação da Agenda Digital para a Europa nos países parceiros mediterrânicos: oportunidades e obstáculos], IEMed. *Mediterranean Yearbook*, 2021.

([32]) Sidło, K., «Digital Transformation in the Southern Neighbourhood» [Transformação digital na Vizinhança Meridional], EuroMeSCo Euromed Survey, 2021.

([33]) Langendorf, M., «Applying Europe's Digital Agenda in Mediterranean Partner Countries: Opportunities and Pitfalls» [Aplicação da Agenda Digital para a Europa nos países parceiros mediterrânicos: oportunidades e obstáculos], IEMed. *Mediterranean Yearbook*, 2021.

([34]) https://freedomhouse.org/policy-recommendations/internet-freedom

([35]) Sidło, K., «Digital Transformation in the Southern Neighbourhood» [Transformação digital na Vizinhança Meridional], EuroMeSCo Euromed Survey, 2021.

6.9. A formação de gigantes tecnológicos cria um obstáculo à concorrência leal nos mercados digitais. A evasão fiscal torna os mercados injustos para as PME locais emergentes, que dificilmente sobreviverão. Além disso, contribui para uma «fuga de cérebros» no domínio digital. Outro risco associado aos gigantes tecnológicos é a sua capacidade de absorver os intervenientes emergentes, criando monopólios e impedindo a criação de centros digitais na Europa e na região mediterrânica. Este facto pode dever-se à falta de um quadro regulamentar e até mesmo a lacunas fiscais para as empresas multinacionais que afetam negativamente a concorrência leal.

6.10. O facto de as convenções das Nações Unidas em matéria de direitos humanos e das convenções da OIT não serem devidamente implementadas em alguns Estados da região mediterrânica constitui um obstáculo à criação de organizações independentes da sociedade civil, nomeadamente ONG, sindicados independentes e associações de empregadores, pondo deste modo em perigo a transição digital sustentável. Por conseguinte, o CESE salienta expressamente que importa aplicar de forma ambiciosa as convenções das Nações Unidas em matéria de direitos humanos e as convenções da OIT em todos os Estados da região mediterrânica, para que a transição digital possa contribuir verdadeiramente para um desenvolvimento ecológico, económico e social próspero.

6.11. Além disso, a guerra na Ucrânia representa uma grande ameaça para os países de toda a região e pode estar associada a maiores riscos de ataques à cibersegurança.

Bruxelas, 14 de dezembro de 2022.

A Presidente
do Comité Económico e Social Europeu
Christa SCHWENG